

Nivianne Lima dos Santos Araujo
Ronaldo da Silva Araujo

**QUESTÕES ESPECÍFICAS PARA ATUAÇÃO
EM AUDITORIA NAS INSTITUIÇÕES REGULADAS
PELA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM)**

EXAME DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA REGISTRO
NO CADASTRO NACIONAL DE AUDITORES
INDEPENDENTES (CNAI)

Autores:
Nivianne Lima dos Santos Araújo
Mestre em Contabilidade

Ronaldo da Silva Araújo
Mestre em Administração e Controladoria
Professor da Universidade Federal do Delta do Parnaíba - UFDPa

**QUESTÕES ESPECÍFICAS PARA ATUAÇÃO EM
AUDITORIA NAS INSTITUIÇÕES REGULADAS
PELA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CMV)**

**EXAME DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA REGISTRO
NO CADASTRO NACIONAL DE AUDITORES
INDEPENDENTES (CNAI)**

1º edição

Editora Itacaiúnas
Ananindeua - Pará
2020

Conselho editorial / Colaboradores

Márcia Aparecida da Silva Pimentel - Universidade Federal do Pará, Brasil

José Antônio Herrera - Universidade Federal do Pará, Brasil

Márcio Júnior Benassuly Barros - Universidade Federal do Oeste do Pará, Brasil

Miguel Rodrigues Netto - Universidade do Estado de Mato Grosso, Brasil

Wildoberto Batista Gurgel - Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Brasil

André Luiz de Oliveira Brum - Universidade Federal do Rondônia, Brasil

Mário Silva Uacane - Universidade Licungo, Moçambique

Francisco da Silva Costa - Universidade do Minho, Portugal

Ofelia Pérez Montero - Universidad de Oriente- Santiago de Cuba, Cuba

Editora chefe: Viviane Corrêa Santos - Universidade do Estado do Pará, Brasil

Editor e webdesigner: Walter Luiz Jardim Rodrigues - Editora Itacaiúnas, Brasil

Editor e diagramador: Deividy Edson Corrêa Barbosa - Editora Itacaiúnas, Brasil

1ª edição

Editoração eletrônica/ diagramação: Deivid Edson

Organização e preparação de originais: Walter Rodrigues

Projeto de capa: Walter Rodrigues

Bibliotecários Consultados: Odilio Hilario Moreira Junior -
CRB-8/9949 e Vagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

A658 Questões específicas para atuação em auditoria nas instituições reguladas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM): Exame de Qualificação Técnica para Registro no Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI) / Nivianne Lima dos Santos Araujo e Ronaldo da Silva Araujo. – Ananindeua, PA : Itacaiúnas, 2020.
68 p. ; PDF ; 2 MB.

Inclui bibliografia e índice.
ISBN: 978-65-88347-43-0 (Ebook)
DOI: 10.36599/itac-ed1.037

1. Contabilidade. 2. Administração. 3. Questões de exame. I. Araujo, Nivianne Lima dos Santos. II. Araujo, Ronaldo da Silva. III. Título.

CDD 657
CDU 65.012.42

Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410

Índice para catálogo sistemático:

1. Contabilidade 657
2. Administração 65.012.42

Sumário

EQT – CNAI - CVM 20ª edição	6
EQT – CNAI – CVM – 18ª edição	25
EQT - CNAI - CVM – 16ª edição	45
GABARITO – EQT – CNAI – SUSEP – 20ª edição	63
GABARITO - EQT – CNAI – SUSEP – 18ª edição	64
GABARITO - EQT – CNAI – SUSEP – 16ª edição	65
REFERÊNCIAS.....	66

**EXAME DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA REGISTRO NO
CADASTRO NACIONAL DE AUDITORES INDEPENDENTES (CNAI)**

**Questões específicas para atuação em auditoria nas instituições reguladas
pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM)**

20ª Edição - 2019

QUESTÃO 1

Considerando as disposições da norma contábil sobre custos de transação e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários, analise as definições abaixo e assinale a opção

CORRETA.

- a) Encargos financeiros são os custos ou as despesas que representam o ônus pago ou a pagar como remuneração direta do recurso tomado emprestado do financiador derivado dos fatores tempo, risco, inflação, câmbio, índice específico de variação de preços e assemelhados; incluem, portanto, os juros, a atualização monetária, a variação cambial, etc., mas não incluem taxas, descontos, prêmios, despesas administrativas, honorários, etc.
- b) Prêmio na emissão de debêntures ou de outros títulos e valores mobiliários é equivalente ao valor recebido ou de resgate desses títulos na data do próprio recebimento ou o valor formalmente atribuído aos valores mobiliários.
- c) Taxa interna de retorno (TIR) é a taxa efetiva de juros que iguala o valor presente dos fluxos de entrada de recursos ao valor presente dos fluxos de saída. Em outros termos, é a taxa efetiva de juros que faz com que, por exemplo, o valor presente líquido dos fluxos de caixa de determinado título de dívida ou empréstimo seja igual a zero, considerando-se, necessariamente, a captação inicial líquida dos custos de transação.
- d) Título patrimonial é qualquer contrato (ou título ou valor mobiliário) que evidencie um interesse residual nos ativos da entidade após a dedução de todos os seus passivos. Como exemplos citam-se: notas promissórias, debêntures não conversíveis, ações, bônus de subscrição, etc.

QUESTÃO 2

A norma contábil sobre Valor Justo estabelece, textualmente, que as técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo devem ser aplicadas de forma consistente. Contudo, uma mudança na técnica de avaliação ou em sua aplicação é apropriada se resultar em uma mensuração que seja igualmente ou mais representativa do valor justo nas circunstâncias. Esse pode ser o caso se, por exemplo, um dos eventos abaixo ocorrer. Assinale a opção **CORRETA:**

- a) houver uma melhora nas técnicas de avaliação.

- b) as informações utilizadas anteriormente continuam disponíveis.
- c) inexistência de novos mercados.
- d) não tiver mudanças nas condições de mercado.

QUESTÃO 3

Conforme as disposições da norma sobre revisão de demonstrações contábeis intermediárias, pelo auditor independente, ele deve acessar e atualizar o seu entendimento adquirido no exame das demonstrações contábeis anuais. Analise os procedimentos de revisão abaixo e assinale a opção **CORRETA**.

- a) Desconsiderar a natureza de qualquer distorção relevante corrigida ou não corrigida identificada nas demonstrações contábeis do exercício anterior.
- b) Desconsiderar a investigação junto à administração acerca dos resultados de sua avaliação sobre o risco de que as informações intermediárias possam apresentar distorção relevante como resultado de fraude ou erro.
- c) Considerar os resultados de quaisquer procedimentos de auditoria executados com relação às demonstrações contábeis do exercício corrente.
- d) Considerar os critérios e limites de materialidade com relação à estrutura de relatório financeiro aplicável usados nos exercícios anteriores.

QUESTÃO 4

Na aplicação das disposições da norma sobre informações por segmento, a entidade deve divulgar separadamente as informações sobre o segmento operacional que atenda um dos seguintes parâmetros. Assinale a opção **CORRETA**.

- a) Sua receita reconhecida, incluindo tanto as vendas para clientes externos quanto as vendas ou transferências entre os segmentos, é igual ou superior a 15% da receita combinada, interna e externa, de todos os segmentos operacionais.
- b) O montante do lucro ou prejuízo apurado é igual ou superior a 10%, que o lucro apurado combinado de todos os segmentos operacionais que não apresentaram prejuízos.
- c) O montante em termos absolutos do lucro ou prejuízo apurado é igual ou superior a 30% do maior, em termos absolutos, que o prejuízo apurado combinado de todos os segmentos operacionais que apresentaram prejuízos.
- d) Seus ativos são iguais ou superiores a 10% dos ativos combinados de todos os segmentos operacionais.

QUESTÃO 5

De acordo com a norma sobre ativos intangíveis, julgue os itens abaixo a respeito das condições que um ativo deve reunir para ser reconhecido contabilmente como ativo intangível.

- I. O ativo deve ser identificável, ou seja, pode ser separado da entidade e vendido, transferido, alugado, etc, individualmente ou junto com um contrato, ativo ou passivo relacionado.
- II. Um ativo atende ao requisito de ser identificável, por exemplo, se resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais.
- III. A entidade deve avaliar a probabilidade de geração de benefícios econômicos futuros utilizando premissas razoáveis e comprováveis que representem a melhor estimativa da administração em relação ao conjunto de condições econômicas que existirão durante a vida útil do ativo.
- IV. Um ativo intangível pode ser reconhecido mesmo em casos em que não atende à definição dada pela norma contábil nem possa ser mensurado em forma confiável.

Assinale a opção **CORRETA**:

- a) I.
- b) II e III.
- c) I, II e IV.
- d) I, II e III.

QUESTÃO 6

A contabilização do *hedge* tem como finalidade proteger a entidade de possíveis variações em instrumentos financeiros por ela contratados. Considerando este contexto, analise, entre as afirmativas abaixo, qual definição se enquadraria o *hedge* de fluxo de caixa.

- a) É o *hedge* baseado no fluxo de caixa projetado, suportado por premissas sólidas, que visa demonstrar que entidade suporta variações significativas nas suas gerações de caixa futura.
- b) É o *hedge* de investimento líquido em operação no exterior, conforme definido nas normas contábeis em vigor.
- c) É o *hedge* da exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que é atribuível a risco específico associado à totalidade de ativo ou passivo reconhecido, ou a um componente dele (como, por exemplo, a totalidade ou parte dos pagamentos de juros futuros sobre dívida de taxa variável) ou a transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado.
- d) É o *hedge* da exposição a alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firmado não reconhecido, ou componente de quaisquer desses itens, que seja atribuível a risco específico e que possa afetar o caixa.

QUESTÃO 7

Com relação ao reconhecimento e à mensuração de ativo biológico, no que se refere ao valor justo, assinale a opção **CORRETA**.

- a) Somente em casos excepcionais, aplica-se o critério de mensuração ao valor justo para os ativos biológicos e produtos agrícolas.
- b) O ganho ou a perda proveniente de reconhecimento inicial do produto agrícola ao valor justo, menos a despesa de venda, deverá ser incluído no resultado do período em que ocorrer.
- c) O valor presente do fluxo de caixa líquido esperado do ativo, descontado à taxa corrente do mercado não é critério para definição do valor justo.
- d) Em algumas circunstâncias, o preço ou valor determinado pelo mercado pode não estar disponível para um ativo biológico nas condições atuais. Nessas circunstâncias, os ativos biológicos e produtos agrícolas não deverão ser avaliados por nenhum outro parâmetro para definição do valor justo.

QUESTÃO 8

Considerando a Norma de Reconhecimento de receita, qual seria o tratamento **CORRETO** nas situações em que o cliente tiver a opção de contratar a garantia separadamente ao comprar um produto?

- a) A entidade deve contabilizar a garantia de acordo com a norma que trata de Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.
- b) A garantia deve ser um serviço distinto porque a entidade compromete-se a prestar o serviço ao cliente adicionalmente ao produto que tem a funcionalidade descrita no contrato.
- c) A garantia separadamente contratada não pode ser contabilizada como obrigação de performance.
- d) Se a garantia, ou parte dela, fornecer ao cliente serviço adicional à garantia de que o produto cumpre as especificações pactuadas, o serviço prometido não é uma obrigação de performance.

QUESTÃO 9

A Companhia ABC possui um portfólio de propriedades para investimentos que incluem *shopping centers*, torres comerciais e projetos em desenvolvimento que representam a maior categoria de ativos no balanço patrimonial e estão sendo mensurados ao custo. Nas notas explicativas correspondentes às propriedades para investimento, a Companhia ABC divulgou os custos, as respectivas taxas de depreciação do ano e acumuladas e as perdas segregadas para cada propriedade. Em relação ao procedimento adotado pela Companhia, assinale a opção **CORRETA**.

- a) De acordo com a norma, a Companhia deve escolher como sua política contábil o método do valor justo ou o método do custo e deve aplicar essa política a todas as suas propriedades para investimento. As notas explicativas devem, somente, informar os valores das taxas de depreciação para cada item e os motivos que levaram ao registro da perda por redução ao valor recuperável.
- b) Como as propriedades para investimento representam o principal ativo da Companhia, de acordo com a norma deve-se adotar a política contábil do método do valor justo. Dessa forma, o critério adotado pela Companhia está incorreto.
- c) A norma exige que todas as entidades mensurem o valor justo de propriedades para investimento para a finalidade de mensuração (se a entidade usar o método do valor justo) ou de divulgação (se usar o método do custo). Logo, as notas explicativas da Companhia não estão adequadamente apresentadas.
- d) De acordo com a norma, o custo não está adequadamente registrado, pois não há previsão do registro de dispêndios adicionais no custo da propriedade para investimento.

QUESTÃO 10

A Empresa XYZ S.A. apresentou alguns eventos que poderiam levantar dúvida significativa quanto a sua continuidade operacional. De acordo com a norma que trata de continuidade operacional, no tocante aos principais procedimentos a serem adotados pelo auditor, assinale a opção **CORRETA**.

- a) Preparar uma revisão analítica dos índices operacionais, variações nas principais contas e com base nesta análise projetar a situação financeira da Companhia para um período mínimo de doze meses.
- b) Revisar as demonstrações contábeis subsequentes para verificar se houve algum fato que materialize problemas de continuidade e obtenha carta de representação do Conselho de Administração.
- c) Revisar os planos de recuperação dos negócios preparados pela administração para suportar a sua avaliação da capacidade de continuidade operacional, avaliar a confiabilidade dos dados de suporte gerados para elaborar a previsão e obter representações formais da administração e de demais órgãos de Governança onde aplicável.
- d) O auditor tem que preparar a sua análise e não considerar nenhuma avaliação da Companhia, porém deve utilizar os dados de suporte fornecidos pela Companhia.

QUESTÃO 11

O planejamento deve incluir a consideração da época de certas atividades e procedimentos de auditoria, que devem ser concluídos antes da realização de procedimentos adicionais, antes da identificação e avaliação pelo auditor dos riscos de distorções relevantes, tais como:

- I. procedimentos analíticos; determinação da materialidade.
- II. obtenção do entendimento geral da estrutura jurídica e o ambiente regulatório aplicável a entidade e como a entidade cumpre os requerimentos desta estrutura; o envolvimento do especialista.
- III. revisão geral da estrutura de controles internos e testes preliminares e circularização inicial de advogados e credores para identificar possíveis contingências.
- IV. a aplicação de outros procedimentos de avaliação de risco.

Assinale a opção **CORRETA**:

- a) I e III apenas.

- b) II e III apenas.
- c) I, III e IV apenas.
- d) I, II e IV apenas.

QUESTÃO 12

Conforme a norma que trata de Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a aplicação prospectiva de uma mudança de política contábil e reconhecimento desta mudança, assinale a opção **CORRETA**, no tocante à divulgação nas notas explicativas das demonstrações contábeis.

- a) A aplicação da nova política contábil a transações, a outros eventos e a condições que ocorram após a data em que a política é alterada; e o reconhecimento do efeito da mudança na estimativa contábil nos períodos corrente e futuro afetados pela mudança.
- b) Somente a aplicação da nova política contábil a transações, a outros eventos e a condições que ocorram após a data em que a política é alterada.
- c) Somente o reconhecimento do efeito da mudança na estimativa contábil nos períodos futuros afetados pela mudança.
- d) Os efeitos decorrentes da mudança de estimativa contábil deverão ser reconhecidos somente retrospectivamente.

QUESTÃO 13

No tocante à demonstração do valor adicionado (DVA), julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a opção **CORRETA**.

- I. A DVA representa um dos elementos componentes do Balanço Social e tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela entidade e sua distribuição, durante determinado período.

- II. O item Valor Adicionado recebido em transferência apresentado na DVA se compõe do resultado da equivalência patrimonial, depreciações e amortizações e variação nas provisões, além de outras receitas.
- III. Ativos construídos pela empresa para uso próprio: Para elaboração da DVA, essa construção equivale a produção vendida para a própria empresa e, por isso, seu valor contábil integral precisa ser considerado como receita. A mão de obra própria alocada é considerada como distribuição dessa riqueza criada, e eventuais juros ativados e tributos também recebem esse mesmo tratamento. Os gastos com serviços de terceiros e materiais são apropriados como insumos.
- IV. As entidades, sobre a forma jurídica de sociedade por ações, com capital aberto, exclusivamente, devem elaborar a DVA e apresentá-la como parte das demonstrações contábeis divulgadas ao final de cada exercício social.

Assinale a opção **CORRETA**:

- a) I, II, III e IV.
- b) I, II e IV, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I e III apenas.

QUESTÃO 14

A empresa VivaVida Ltda é uma fabricante de produtos para cuidado pessoal. Um de seus clientes (BioSale Ltda) compra os produtos da empresa e os revende no mercado local. Em 20X9, assinaram um contrato de consignação acordando que a BioSale Ltda atuará como um vendedor para a VivaVida Ltda. Dessa forma, considerando a norma sobre o reconhecimento de receitas, é **CORRETO** afirmar que a VivaVida Ltda deverá reconhecer receita de venda em qual momento?

- a) A VivaVida Ltda deve reconhecer a receita quando os produtos forem entregues no armazém da BioSale Ltda.

- b) O reconhecimento da receita dependerá das cláusulas de entrega (CIF, FOB, etc.).
- c) A VivaVida Ltda deve reconhecer a receita quando os bens forem vendidos pela BioSale Ltda para terceiros.
- d) A VivaVida Ltda deve reconhecer a receita quando da emissão da nota fiscal de venda a BioSale Ltda.

QUESTÃO 15

UAL é uma loja de departamentos com sede na Itália e suas políticas internas estabelecem o reembolso do custo do produto caso o cliente não esteja satisfeito (mas pelo período máximo de 30 dias após a compra). A receita deve ser reconhecida em qual momento? Assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) Um mês após a venda, pois é a época que terá informação sobre o retorno (ou não) de reclamação sobre o produto entregue ao cliente.
- b) Na época da venda, mas somente se tiver condições de estimar confiavelmente um passivo para obrigação de restituição, bem como ativo e correspondente ajuste ao custo de vendas, por seu direito de recuperar produtos de clientes ao liquidar a obrigação de restituição.
- c) Na época da venda, não importando se pode, ou não, estimar confiavelmente um passivo relativo à obrigação de restituição.
- d) A promessa da UAL de estar preparada para aceitar um produto devolvido durante o período de devolução deve ser contabilizada como obrigação de desempenho adicional à obrigação de providenciar a restituição.

QUESTÃO 16

Os custos de empréstimos incorridos pelo concessionário de serviço público devem:

- a) ser sempre capitalizados durante a fase de construção, de acordo com norma.
- b) ser registrados como despesa no período em que são incorridos, a menos que o concessionário tenha o direito contratual de receber um ativo intangível (direito de cobrar os usuários dos serviços públicos).
- c) ser ativados como ativo financeiro a ser cobrado do poder concedente no final do contrato de concessão.
- d) ser registrados como despesa no período em que são incorridos, independentemente de quaisquer circunstâncias.

QUESTÃO 17

Para um componente que é significativo por ser provável que inclua riscos significativos de distorção relevante das demonstrações contábeis do grupo, devido a sua natureza ou circunstâncias específicas, a equipe encarregada do trabalho do grupo, ou o auditor do componente sob sua responsabilidade, realizará:

- I. auditoria das informações contábeis do componente usando a materialidade do grupo.
- II. auditoria de um ou mais saldos contábeis, classes de transações ou divulgações, relativamente aos prováveis riscos significativos de distorção relevante nas demonstrações contábeis do grupo.
- III. procedimentos de auditoria específicos, relativamente aos prováveis riscos significativos de distorção relevante nas demonstrações contábeis do grupo.
- IV. revisão dos procedimentos contábeis críticos adotados a nível do componente e sua comparação com os procedimentos adotados a nível do grupo. Eventuais distorções nos procedimentos devem ser destacadas em notas explicativas do grupo quando relevante.

Assinale a opção **CORRETA**:

- a) I e IV.
- b) II e III.
- c) III e IV.
- d) I e II.

QUESTÃO 18

Em quais das circunstâncias citadas abaixo o auditor independente poderá utilizar a assistência da auditoria interna para a execução de seus procedimentos?

- a) O Departamento de Auditoria Interna reporta ao diretor financeiro da Companhia e seu plano operacional é definido conforme as necessidades das áreas para revisar seus controles operacionais ou testes específicos sobre transações suspeitas.
- b) O departamento de auditoria interna é liderado por um diretor e quando da realização de trabalhos específicos identifica na Organização os técnicos experientes que possam executar um programa de trabalho por eles definidos.
- c) Após uma análise da qualificação da Auditoria Interna, o auditor externo poderá contar com o auxílio da Auditoria Interna para, entre outros, executarem testes da eficácia operacional dos controles; procedimentos substantivos envolvendo menor grau de julgamento; observação das contagens do estoque.
- d) Para um saldo de conta, classe de transação ou divulgação, em particular, quanto maior for o risco avaliado de distorção relevante no nível de afirmação, mais julgamentos estão envolvidos no planejamento, na execução dos procedimentos de auditoria e na avaliação dos resultados da auditoria. Nesta circunstância, o envolvimento da Auditoria Interna deve ser utilizado de maneira relevante por seu conhecimento que possui da Companhia auditada.

QUESTÃO 19

A Empresa Duramais S.A. vem apresentando prejuízos operacionais recorrentes, capital circulante líquido negativo; o patrimônio líquido representa 5% do total do passivo; a dívida de longo prazo representa 70% do total do passivo; e a margem operacional é negativa. Os planos operacionais preparados pela Administração demonstram que a Empresa depende de aporte de capital de seus acionistas, que nos últimos exercícios não tem aportados recursos de maneira suficiente. Os planos operacionais preparados no horizonte de 12 meses não apontam uma recuperação dos resultados operacionais. As notas explicativas às demonstrações contábeis não detalham com suficiência os planos da Administração. A Empresa utilizou o princípio da continuidade na preparação de suas demonstrações contábeis.

Considerando estas evidências preparadas pelo auditor e formalizadas em seus papéis de trabalho, identifique, entre as opções abaixo, a afirmativa **CORRETA** a ser considerada pelo auditor para elaborar seu relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Empresa Duramais S.A.

- a) As informações preparadas pela Administração indicam que a Empresa não possui perspectiva de continuar em operação em um horizonte previsível e, portanto a utilização da premissa da continuidade está inadequada. Assim, o auditor deve emitir um relatório com opinião adversa.
- b) Deve-se incluir uma seção separada sob o título “Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional” para fazer referência à nota explicativa sobre o assunto e declarar que esses eventos ou condições indicam que existe incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da entidade e que a opinião do auditor não está ressalvada em relação a esse assunto.
- c) Por não ter sido feita divulgação suficiente de incerteza relevante nas demonstrações contábeis, deve-se expressar uma opinião com ressalva e declarar que existe incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da entidade e que as demonstrações contábeis não divulgam esse assunto de forma adequada.
- d) A Empresa apresentou, posteriormente, evidências de garantia de aporte financeiro pelos acionistas e credores permitindo que continuasse em operação pelos próximos doze meses. Portanto, o auditor poderá emitir seu relatório com uma seção “Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional” para fazer referência à nota explicativa sobre o assunto e declarar que esses eventos ou condições indicam que existe incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da entidade e que a opinião do auditor não está ressalvada em relação a esse assunto.

QUESTÃO 20

O auditor, na elaboração de seu Relatório de Auditoria, necessita identificar qual a data mais apropriada para a sua emissão. Neste sentido, analise as alternativas abaixo apresentadas, e em seguida assinale a opção **CORRETA**.

- I. Considerando que a opinião do auditor é fornecida sobre as demonstrações contábeis e que são elaboradas sob a responsabilidade da administração, o auditor não está em posição de concluir que foi obtida evidência de auditoria apropriada e suficiente até que seja obtida evidência de que todas as demonstrações e divulgações que compõem as demonstrações contábeis foram elaboradas e que a administração aceitou a responsabilidade por elas. Portanto, o auditor deve utilizar a data de aprovação das demonstrações contábeis pela Administração.
- II. Lei ou regulamento identifica as pessoas ou órgãos (por exemplo, diretores) que são responsáveis por concluir que todas as demonstrações e divulgações que compõem as demonstrações contábeis foram elaboradas, e especifica o processo de aprovação necessário. Nesses casos, a evidência dessa aprovação é obtida antes de datar o relatório sobre as demonstrações contábeis. Portanto, o auditor deve utilizar uma data posterior à aprovação das demonstrações contábeis pela Administração que deve coincidir com a data de conclusão dos exames de eventos subsequentes.
- III. A aprovação final pelos acionistas não é necessária para o auditor concluir que foi obtida evidência de auditoria apropriada e suficiente. A data de aprovação das demonstrações contábeis, para fins das normas de auditoria, é a primeira data em que as pessoas com autoridade reconhecida determinam que todas as demonstrações e divulgações que compõem as demonstrações contábeis foram elaboradas e que pessoas com autoridade reconhecida afirmaram que assumem a responsabilidade sobre essas demonstrações contábeis.

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) I e III, apenas.
- b) I, II e III.
- c) II, apenas.

d) I, apenas.

QUESTÃO 21

Sobre a auditoria de quadros isolados das demonstrações contábeis e de elementos, contas ou itens específicos das demonstrações contábeis, assinale a opção **CORRETA**.

- a) Se o relatório do auditor sobre demonstrações contábeis completas contem uma modificação sobre contas a receber, o relatório sobre quadros isolados que trata também sobre contas a receber não deve incluir uma modificação, pois são relatórios separados e visam atender a objetivos diferentes.
- b) As informações incluídas na seção “Principais assuntos de auditoria” sobre como o assunto foi tratado na auditoria do conjunto completo de demonstrações contábeis podem ser úteis para o auditor determinar como tratar o assunto quando ele for relevante para a auditoria de quadros isolados das demonstrações contábeis ou de elementos específicos das demonstrações contábeis.
- c) As auditorias de quadros isolados das demonstrações contábeis ou elementos específicos das demonstrações contábeis consideram, por exemplo, saldos de contas a receber, estoques, demonstrativos de tangíveis líquidos ajustados a preços de mercado, demonstrativo de ativos e receita do plano de previdência privada administrados externamente, incluindo as respectivas notas explicativas; demonstrativo de participação nos lucros projetados ou bônus a empregados, incluindo as notas explicativas.
- d) A materialidade determinada para um quadro isolado das demonstrações contábeis ou um elemento específico das demonstrações contábeis não pode ser inferior à materialidade determinada para o conjunto completo de demonstrações contábeis da entidade. Isso afeta a natureza, a época e a extensão dos procedimentos de auditoria e a avaliação de distorções não corrigidas.

QUESTÃO 22

Conforme a norma de Eventos Subsequentes, o auditor deve executar procedimentos de auditoria de forma a cobrir o período entre a data das demonstrações contábeis e a data de seu relatório. Assinale a opção **CORRETA**.

- a) Analisar toda documentação constante do movimento de caixa do período subsequente, de forma a detectar possíveis efeitos sobre as demonstrações contábeis sob exame.
- b) Analisar os lançamentos realizados dentro do período subsequente, principalmente aqueles realizados após o expediente normal da entidade.
- c) Refazer a circularização até a data do relatório, principalmente, as relativas a clientes e fornecedores.
- d) Indagar à administração e, quando apropriado, os responsáveis pela governança sobre a ocorrência de eventos subsequentes que poderiam afetar as demonstrações contábeis.

QUESTÃO 23

As normas de auditoria em vigor exigem do auditor incluir em seus procedimentos a avaliação de risco e atividades relacionadas. Julgue os itens abaixo sobre os procedimentos que melhor se enquadram nesse contexto e, em seguida, assinale a opção **CORRETA**.

- I. Fazer indagações à administração sobre a identificação das partes relacionadas à entidade, incluindo mudanças em relação ao período anterior; a natureza dos relacionamentos entre a entidade e essas partes relacionadas; e se a entidade realizou transações com essas partes relacionadas durante o período e, se o fez, o tipo e a finalidade das transações.
- II. Fazer indagações à administração e a outros da entidade, executar outros procedimentos de avaliação de risco considerados apropriados para obter entendimento dos controles, se houver, que a administração estabeleceu para identificar, contabilizar e divulgar os relacionamentos e transações com partes relacionadas em conformidade com a estrutura de relatório financeiro aplicável.
- III. Aplicar procedimentos analíticos em todas as transações que podem ser caracterizadas como partes relacionadas, e se a entidade realizou transações com essas partes relacionadas durante o período e, se o fez, o tipo e a finalidade das transações.
- IV. Incluir consideração específica da suscetibilidade das demonstrações contábeis a distorção relevante decorrente de fraude ou erro e que possam resultar dos relacionamentos e transações com partes relacionadas à entidade.

Assinale a opção **CORRETA**:

- a) I, II e IV, apenas.
- b) II e IV, apenas.
- c) I, II e III, apenas.
- d) I, II, III e IV.

QUESTÃO 24

Além da representação formal exigida pela norma de auditoria em vigor, o auditor pode considerar necessário solicitar outras representações formais sobre as demonstrações contábeis. Acerca das informações que se enquadram como outras representações formais, assinale a opção **CORRETA**.

- a) A Administração deve informar ao auditor planos ou intenções que possam afetar o valor contábil ou classificação dos ativos e passivos.
- b) A Administração fornece uma representação formal de que ela cumpriu a sua responsabilidade pela elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável.
- c) A Administração forneceu ao auditor todas as informações e permitiu os acessos necessários conforme entendimentos nos termos do trabalho de auditoria.
- d) Todas as transações foram registradas e estão refletidas nas demonstrações contábeis.

QUESTÃO 25

O auditor deve utilizar classificações para distinguir o efeito das distorções detectadas durante a auditoria quando da sua comunicação à administração e aos responsáveis pela governança. Considerando as normas de auditoria em vigor, assinale a opção **CORRETA** que deverá ser utilizada pelo auditor.

- a) Classificadas como relevante, muito relevante e tolerável.
- b) Classificadas como relevante, irrelevante e reportadas na carta de controle.
- c) Classificadas como factual, julgamento e projetada.
- d) Classificadas como relevante, irrelevante e tolerável.

**EXAME DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA REGISTRO NO
CADASTRO NACIONAL DE AUDITORES INDEPENDENTES (CNAI)**

**Questões específicas para atuação em auditoria nas instituições reguladas
pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM)**

18ª Edição - 2018

1. A entidade deve reconhecer uma provisão para perdas de crédito esperadas em ativo financeiro mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Considerando este teor das normas contábeis em vigor, julgue quais dos itens abaixo seriam considerados na provisão para redução ao valor recuperável, e assinale a opção CORRETA.

- I. A perda por redução ao valor recuperável esperada deve ser reconhecida para todos os instrumentos financeiros para os quais houve aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial.
- II. A perda por redução ao valor recuperável esperada deve manter a metodologia definida pela companhia, de forma uniforme, independentemente do aumento significativo no risco de crédito.
- III. A entidade somente deve reconhecer as alterações cumulativas nas perdas de crédito esperadas desde o reconhecimento inicial como provisão para perdas para ativos financeiros comprados ou concedidos com problemas de recuperação de crédito.
- IV. A entidade não deve reconhecer alterações favoráveis nas perdas de crédito esperadas como ganho na redução ao valor recuperável.

Está(ão) CORRETO(S) apenas o(s) item(ns)

- a) I.
 - b) II e III.
 - c) I e III.
 - d) II, III e IV.
- 2. Na mensuração inicial, se o valor justo do instrumento financeiro diferir do valor da transação, quais formas de reconhecimento a entidade deve aplicar?**

- I. A melhor forma de reconhecimento inicial é normalmente pelo preço de transação de acordo com a documentação suporte.
- II. A entidade deve contabilizar esse instrumento nessa data se esse valor justo for comprovado por preço cotado em mercado ativo para ativo ou passivo idêntico ou com base na técnica de avaliação que utiliza somente dados de mercados observáveis. A entidade deve reconhecer a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação como ganho ou perda.
- III. Após o reconhecimento inicial, para diferir a diferença entre o valor justo e o preço da transação, a entidade somente deve reconhecer essa diferença diferida como ganho ou perda na medida em que ela resultar de alteração em fator que participantes do mercado levariam em consideração ao precificar o ativo ou o passivo.
- IV. Se o instrumento financeiro que foi anteriormente reconhecido como ativo financeiro for mensurado ao valor justo por meio do resultado e seu valor justo cair abaixo de zero, ele não será considerado um passivo financeiro.

Está(ão) **CORRETO(S)** apenas o(s) item(ns)

- a) I.
- b) II e III.
- c) I e III.
- d) I, III e IV.

3. De acordo com as normas contábeis, considera-se “derivativo embutido”:

- a) o derivativo que esteja vinculado ao instrumento financeiro, mas que possa ser contratualmente transferido independentemente desse instrumento, ou que possua contraparte diferente.

- b) um componente de contrato híbrido que inclui também um componente principal não derivativo, com o efeito de que parte dos fluxos de caixa do instrumento combinado varia de forma similar ao derivativo individual.
- c) o instrumento que não poderá ser modificado de acordo com determinada taxa de juros, preço de instrumento financeiro, preço de *commodity*, taxa de câmbio, índice de preços ou outras taxas.
- d) aquele que não faz com que a totalidade ou parte dos fluxos de caixa que seria, de outro modo, exigida pelo contrato, tenha sua classificação ou índice de crédito ou outra variável modificada, desde que, no caso de variável não financeira, essa variável não seja específica a uma das partes do contrato.

4. De acordo com as normas contábeis, considera-se como objetivo da contabilização do “hedge”:

- a) representar, nas demonstrações contábeis, o efeito das atividades de gerenciamento de resultados financeiros com a utilização de instrumentos financeiros para obtenção de resultados específicos que podem garantir um melhor resultado (ou outros resultados abrangentes).
- b) representar, nas demonstrações contábeis, o efeito das atividades de gerenciamento de risco da entidade que utiliza instrumentos financeiros para gerenciar exposições resultantes de riscos específicos que poderiam afetar o resultado (ou outros resultados abrangentes).
- c) proteger os ativos financeiros da entidade contra prováveis perdas esperadas.
- d) vincular-se às exigências estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), bem como subsidiar a nota explicativa específica sobre análise de sensibilidade.

5. Em uma combinação de negócio, o ganho decorrente de uma compra vantajosa, atribuído ao adquirente, deve ser reconhecido no resultado do exercício. Entretanto, o adquirente, para reconhecer este ganho, deve observar as determinações das normas contábeis em vigor. Analise as afirmações abaixo e assinale a opção **CORRETA**.
- I. Promover uma revisão para se certificar de que todos os ativos adquiridos e todos os passivos assumidos foram corretamente identificados e, portanto, reconhecer quaisquer ativos ou passivos adicionais identificados na revisão.
 - II. A contraprestação transferida não pode incluir itens do ativo ou passivo do adquirente cujos valores contábeis sejam diferentes de seus valores justos na data da aquisição.
 - III. Identificar os ativos adquiridos e passivos assumidos, no caso de combinação de negócios realizada em estágios, qualquer participação societária anterior do adquirente na adquirida, bem como a participação de não controladores.
 - IV. A contraprestação transferida não poderá incluir itens do ativo que não puderem ser mensurados pelo valor justo.

Está(ão) **CORRETO(S)** apenas o(s) item(ns)

- a) I.
- b) II e III.
- c) I e III.
- d) I, II e IV.

6. Considerando o cenário atual do País, embora a fraude constitua um conceito jurídico amplo, para efeitos das normas de auditoria, o auditor deve se preocupar com possíveis fraudes que causem distorção relevante nas demonstrações contábeis. Considerando este fato, julgue quais dos procedimentos abaixo

deveriam estar contidos no planejamento de auditoria, e assinale a opção **CORRETA**.

- I. A principal responsabilidade pela prevenção e detecção da fraude é dos responsáveis pela governança da entidade e da sua administração. Assim, o auditor não deverá realizar qualquer procedimento no sentido de detecção de fraude.
- II. O auditor deve realizar seu trabalho com base nas normas de auditoria estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, visando obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, como um todo, não contêm distorções relevantes causadas por fraude ou erro.
- III. O auditor deve emitir sempre seu relatório com modificação, em função da possibilidade de seus procedimentos não detectarem a fraude.
- IV. O auditor deve manter postura de ceticismo profissional durante a auditoria, e aplicar procedimentos analíticos perto do final do período, na formação da conclusão global de que as demonstrações contábeis, como um todo, estão consistentes e não apresentam risco anteriormente não reconhecido de distorção relevante decorrente de fraude.

Está(ão) **CORRETO(S)** apenas o(s) item(ns)

- a) II.
- b) I e II.
- c) II e IV.
- a) III e IV.

7. Nas responsabilidades da firma e do sócio responsável pelos trabalhos de auditoria de grupo, o sócio deverá emitir o relatório de auditoria observando as seguintes determinações das normas de auditoria. Assinale a opção **CORRETA**.

- I. O relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis do grupo não deve se referir ao auditor do componente.
- II. O relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis do grupo deverá se referir ao auditor de componente.
- III. O relatório do auditor deve indicar se tal referência for requerida por lei ou regulamento, que a referência não diminui a responsabilidade do sócio encarregado ou da firma encarregada do trabalho do grupo e pela opinião de auditoria do grupo.
- IV. O relatório do auditor deve conter modificação em relação ao trabalho do auditor de componente.

Está(ão) **CORRETO(S)** apenas o(s) item(ns)

- a) I.
- b) I, II e IV.
- c) II e III.
- d) I e III.

8. Uma entidade deve contabilizar os efeitos de um contrato com um cliente que esteja dentro do alcance do pronunciamento sobre apropriação de receita somente quando todos os critérios estabelecidos pela norma sejam cumpridos. Assinale a opção que se enquadra nesses critérios.

- a) O valor da contraprestação à qual a entidade tem direito pode ser apropriado na proporção do cronograma apresentado, independente do andamento e ou conclusão do trabalho.

- b) Quando todo trabalho relativo ao contrato, independentemente de prazo, estiver totalmente concluído.
- c) Quando o contrato possuir substância comercial (ou seja, espera-se que o risco, a época ou o valor dos fluxos de caixa futuros da entidade se modifiquem como resultado do contrato).
- d) Nenhuma das alternativas acima.

9. Durante o processo de auditoria, o auditor classificou a avaliação de realização dos impostos diferidos como sendo um “Principal Assunto de Auditoria (PAA)”. Ao efetuar os procedimentos de auditoria relacionados tanto aos trabalhos dos especialistas quanto ao efetuado pela Administração, o auditor identificou ajuste às demonstrações financeiras. Ele mencionou, nos PAAs do seu relatório, que foi identificado ajuste não material efetuado pela Administração. Com base nos dados acima, assinale a opção INCORRETA.

- a) O auditor agiu corretamente, considerando que os assuntos relevantes de auditoria, comunicados à governança corporativa, devem ser mencionados no relatório dos auditores, na seção de PAA.
- b) O auditor agiu incorretamente, considerando o fato de a administração ter efetuado os ajustes e as demonstrações financeiras serem apresentadas adequadamente.
- c) O auditor agiu corretamente, considerando que ajuste material e não material relacionados aos PAAs devem ser mencionados no relatório do auditor independente.
- d) Nenhuma das afirmações acima.

10. Considerando as normas de auditoria de grupo, podemos conceituar como Componente:

- a) uma filial da companhia, cujas operações são realizadas de forma independente da Matriz.
- b) uma empresa de um dos principais acionistas da Companhia.
- c) uma entidade ou atividade de negócios para a qual a Administração do grupo ou dos componentes elabora informações contábeis que devem ser incluídas nas demonstrações contábeis do grupo.
- d) uma companhia investida que opera no mesmo segmento.

11. A Companhia XYZ efetuou operação de “risco sacado” durante o exercício e na data base das demonstrações contábeis, essas operações encontravam-se em aberto. O auditor identificou esta transação ao executar o procedimento de confirmação de saldos das operações com as instituições financeiras. Assinale a opção que apresenta quais são a classificação e a divulgação CORRETAS a serem adotadas na sua avaliação, na qualidade de auditor independente.

- a) A Companhia deve manter o saldo dessas transações classificadas como Fornecedores e não fazer nenhuma divulgação.
- b) A Companhia deve classificar essas transações como um passivo específico no grupo do passivo circulante e colocar em nota explicativa descrevendo as operações detalhadas.
- c) A Companhia tem a opção de reclassificar estas transações como fornecedores ou empréstimos, o que melhor representar em seu julgamento a operação realizada, e não precisa incluir essa informação em notas.
- d) A Companhia deve classificar essas transações como outros passivos operacionais, divulgando as condições contratuais.

12. O sócio encarregado do trabalho de auditoria do grupo concluiu que não será possível para a equipe encarregada do trabalho do grupo obter evidência

apropriada e suficiente em decorrência das restrições impostas pela administração do grupo; e que o possível efeito dessa inabilidade resultará na abstenção de opinião no relatório sobre as demonstrações contábeis do grupo. Nessa situação, julgue os itens abaixo e assinale a opção CORRETA:

- I. Se o trabalho for novo, deverá aceitá-lo e planejá-lo, considerando que o relatório será emitido com abstenção de opinião.
- II. Em caso de novo trabalho, não aceitá-lo, ou, no caso de continuação de trabalho, renunciar ao trabalho, onde a renúncia for possível de acordo com a lei e regulamentação aplicáveis.
- III. Quando lei ou regulamentação proibir o auditor de declinar do trabalho, ou a renúncia não for possível, tendo executado a auditoria das demonstrações contábeis do grupo na extensão possível, deve abster-se de opinar no relatório sobre as demonstrações contábeis do grupo.
- IV. Independentemente de normas e regulamentação, o auditor deverá declinar do trabalho, pois o risco de imagem será muito prejudicial para a firma.

Está(ão) CORRETO(S) apenas o(s) item(ns)

- a) I.
- b) II e III.
- c) I e III.
- d) IV.

13. A administração da Companhia XWZ, no seu décimo segundo exercício social, decidiu reconhecer no exercício corrente crédito fiscal correspondente ao prejuízo fiscal acumulado, relativo a imposto de renda e contribuição social, sendo os montantes relevantes. A Companhia apresentou demonstrativo de perspectiva de resultado positivo para os cinco próximos anos, entretanto, vem apresentando prejuízo fiscal nos

últimos 4 anos. Qual deverá ser a análise do auditor quanto a esta situação?

- a) A companhia não poderá reconhecer o crédito fiscal, em função de o histórico de lucro tributável da companhia não ter concretizado pelo menos nos últimos 3 anos.
- b) A Companhia pode reconhecer o crédito fiscal, pois apresenta perspectiva de resultado positivo para os cinco próximos anos.
- c) A Companhia deve reconhecer o crédito fiscal, pois o prazo para compensação do crédito é indeterminado.
- d) A Companhia deve reconhecer o crédito fiscal, pois ele foi revisado por especialistas em impostos.

14. O auditor da demonstração contábil da Companhia Inovação S.A. avaliou os sistemas de controles internos da Companhia e planejou testes de controles internos com o objetivo de reduzir os testes substantivos nas transações de vendas e contas a receber, registradas nas demonstrações financeiras. No entanto, a Companhia apresenta controles informatizados no nível do processo de vendas e contas a receber, para os quais os especialistas de tecnologia da informação, envolvidos no processo para dar suporte aos auditores, identificaram deficiências nos controles internos da Companhia.

O auditor, responsável pela auditoria das demonstrações contábeis, neste contexto, deve tomar algumas atitudes. Analise os itens abaixo e assinale a opção CORRETA.

- I. O auditor deve comunicar as deficiências de controles internos identificadas à Governança da Companhia.
- II. O auditor deve avaliar os impactos desta deficiência e planejar novos testes substantivos para mitigar os riscos de distorção e erro nas demonstrações contábeis auditadas.
- III. O auditor deve desconsiderar os testes de controles internos e planejar novamente os novos testes de controles, pois o auditor pode ter planejado incorretamente esses testes.
- IV. O auditor deve emitir relatório contendo modificação em decorrência deste assunto.

Está(ão) **CORRETO(S)** apenas o(s) item(ns)

- a) I e II.
- b) I e IV.
- c) III.
- d) II, III e IV.

- 15. O adquirente deve mensurar, na data de uma combinação de negócio, os componentes da participação de não controladores na adquirida que representem nessa data efetivamente instrumentos patrimoniais e confirmam a seus detentores uma participação proporcional nos ativos líquidos da adquirida, em caso de sua liquidação. Considerando os itens abaixo quais seriam tais critérios?**
- I. O critério seria pelo valor justo, ou pela participação proporcional atual conferida pelos instrumentos patrimoniais nos montantes reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida.
 - II. O critério seria pelo valor contábil, conforme estabelecido na legislação societária em vigor para proteção do acionista minoritário.
 - III. O critério seria pelo valor atribuído pelo adquirente, menos todos os passivos assumidos durante a avaliação e identificação de ativos e passivos identificados posteriormente.
 - IV. Todos os demais componentes da participação de não controladores devem ser mensurados ao valor justo na data da aquisição, a menos que outra base de mensuração seja requerida pelas normas, interpretações e comunicados técnicos.

Está(ão) **CORRETO(S)** apenas o(s) item(ns)

- a) I.
 - b) II e III.
 - c) I e IV.
 - d) I, II e IV
- 16. A entidade deve combinar dois ou mais contratos celebrados na mesma data ou perto dessa data com o mesmo cliente (ou partes relacionadas do cliente) e deve contabilizar os contratos como um único contrato se um ou mais dos critérios estabelecidos na norma sobre apropriação de receita forem cumpridos. Assinale a opção que se enquadra nestes critérios.**
- a) Os bens ou serviços prometidos nos contratos (ou alguns bens ou serviços prometidos em cada um dos contratos) constituem uma única obrigação de desempenho de acordo com a norma em vigor.
 - b) A modificação de contrato pode ser aprovada por escrito, por acordo verbal ou sugerida por práticas usuais de negócios.
 - c) Se os direitos e as obrigações que são criados ou alterados por uma modificação são executáveis.

- d) Quando uma modificação de contrato pode ser descrita como uma mudança do pedido, uma variação ou uma alteração.

17. Considerando as normas de auditoria de grupo, pode-se conceituar como auditor de componente:

- a) o auditor responsável por elaborar as informações contábeis de um componente.
- b) o gerente de auditoria responsável pelos trabalhos de uma controlada.
- c) o auditor responsável pela auditoria de um determinado item do balanço (exemplo: estoques, imobilizado ou instrumentos financeiros).
- d) o auditor que, por solicitação da equipe de auditoria encarregada do trabalho do grupo, executa trabalho sobre informações contábeis relacionadas a um componente para a auditoria do grupo.

18. O auditor emitiu uma opinião de auditoria modificada relativa às premissas utilizadas pela administração da Companhia no cálculo de *impairment* para o ativo intangível. Quando da fase de conclusão do trabalho, o auditor definiu que, devido ao alto grau de julgamento envolvido na determinação das premissas, utilizadas para avaliação do *impairment* do ativo intangível, devia destacar este assunto como Principal Assunto de Auditoria (PAA), além do parágrafo de ressalva, fundamentando a opinião modificada. Para o cenário descrito acima, assinale a opção CORRETA:

- a) O auditor deve ser transparente em definir o assunto da ressalva como principal assunto de auditoria, enfatizando em duas seções do relatório o tema da ressalva.
- b) A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) orienta que o auditor não poderia ter destacado este assunto como PAA, considerando que este assunto já está sendo abordado na seção do relatório como “assunto base para ressalva”.

- c) A CVM, fortemente recomenda a classificação do assunto da ressalva, base para opinião modificada, como um Principal Assunto de Auditoria.
- d) Os PAAs deverão conter o assunto objeto da modificação do relatório de auditoria.

19. A entidade, para mensurar a perda esperada em um instrumento financeiro, deverá ter como base a seguinte condição:

- a) A entidade precisará, necessariamente, identificar todos cenários possíveis de riscos para determinar a mensuração da perda esperada.
- b) A entidade deverá se basear em informações razoáveis e sustentáveis disponíveis na data do balanço, sem custo ou esforço excessivo, sobre eventos passados, condições atuais e previsões de condições econômicas futuras.
- c) A entidade deverá se basear tão somente nos aspectos econômicos, bem como despender todos os esforços com objetivo de determinar a melhor base para mensurar sua perda esperada em ativos financeiros.
- d) A entidade deverá se basear somente em seu histórico de perdas.

20. Um ativo financeiro deve ser mantido ao custo amortizado, se condições específicas forem mantidas. Julgue os itens abaixo e assinale a opção CORRETA.

- I. O ativo financeiro mantido dentro de modelo de negócios, se o objetivo for mantê-lo com a finalidade de receber fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

- I. Se for intenção da Administração manter o ativo financeiro para negociação, independentemente de sua formalização.
- III. O ativo financeiro mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.
- IV. Se as características e os riscos econômicos do derivativo embutido não estiverem estritamente relacionados às características e riscos econômicos do contrato principal.

Está(ão) **CORRETO(S)** o(s) item(ns)

- a) I, apenas.
- b) I, II e IV, apenas.
- c) II e IV, apenas.
- d) II, III e IV, apenas.

21. O auditor deve manter um processo adequado de comunicação com os membros da Governança da entidade auditada. Esse diálogo deve ser pautado pelo objetivo de se obter a melhor resposta ao processo de auditoria. Identifique o(s) item(ns) abaixo como o(s) principal(is) assunto(s) de comunicação entre as partes e assinale a opção **CORRETA.**

- I. Indisponibilidade do pessoal da entidade ou relutância da administração em fornecer informações necessárias para o auditor executar os procedimentos de auditoria.
- II. Relutância da administração em fazer ou apresentar, quando solicitada, sua avaliação sobre a capacidade da entidade de manter sua continuidade operacional.
- III. Restrições impostas ao auditor pela administração e um prazo injustificadamente curto para concluir a auditoria.
- IV. Os principais assuntos a serem tratados são aqueles que, segundo o julgamento profissional do auditor, foram os mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do período corrente.

Está(ão) **CORRETO(S)** o(s) item(ns)

- a) IV, apenas.
- b) I, II e IV, apenas.
- c) II e IV, apenas.
- d) I, II, III e IV.

22. O encarregado de auditoria das demonstrações contábeis da Campanha S.A. decidiu melhorar os papéis de trabalho após a emissão do relatório do auditor e, para isso, descartou alguns papéis importantes e incluiu outros que, na visão dele, iriam corroborar melhor as evidências de auditoria que fundamentaram a opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis daquele exercício. Sobre esse assunto, julgue os itens abaixo e assinale a opção **CORRETA.**

- I. A preparação dos arquivos dos documentos de auditoria é um processo administrativo e não considera apagar ou descartar documentação que foi suporte para os testes realizados.
- II. O auditor pode selecionar conferir e acrescentar referências cruzadas aos documentos de trabalho.
- III. Deve-se conferir itens das listas de verificação evidenciando que os passos relativos ao processo de montagem do arquivo foram cumpridos.
- IV. A evidência de auditoria que o auditor obteve, discutiu e com a qual concordou junto aos membros da equipe de trabalho antes da data do relatório de auditoria deve ser documentada.

Está(ão) **CORRETO(S)** o(s) item(ns)

- a) IV, apenas.
- b) I, II e IV, apenas.
- c) II e IV, apenas.
- d) I, II, III e IV.

23.A Companhia Beta S.A., registrada na CVM, efetuou a avaliação da necessidade de cálculo de *impairment* quando da preparação das demonstrações financeiras. Ao identificar a necessidade da mensuração da estimativa contábil, preparou os cálculos e as notas explicativas, conforme requerido pelas normas técnicas. Com relação a esse assunto, julgue os itens abaixo e assinale a opção **CORRETA.**

- I. Deve divulgar cada premissa chave sobre a qual a administração tenha baseado suas projeções de fluxo de caixa ou metodologia de valor justo.

- II. Deve divulgar o período para o qual a administração projetou o fluxo de caixa, e quando o período utilizado for maior do que cinco anos, a justificativa por que um período mais longo foi utilizado.
- III. Deve divulgar a taxa de crescimento utilizada para extrapolar as projeções do fluxo de caixa, além do período coberto pelo mais recente orçamento.
- IV. Deve divulgar se uma possível ou razoável mudança em uma premissa chave sobre a qual a administração tenha baseado sua determinação de valor recuperável da unidade geradora de caixa puder resultar em valor superior ao seu valor recuperável.

Está(ão) **CORRETO(S)** o(s) item(ns)

- a) I e II, apenas.
 - b) III e IV, apenas.
 - c) III, apenas.
 - d) I, II, III e IV.
- 24. O sócio e o gerente de auditoria planejaram confiar nos sistemas de controles internos para os processos de transações de vendas da Companhia Beleza S.A. Para a execução dos testes de controles internos automatizados, foi necessário avaliar o ambiente em que esses controles operavam, avaliando os controles gerais de tecnologia da informação. Quando do término da fase de avaliação dos controles internos, e testes de controles realizados no nível do processo, o auditor recebeu o relatório dos especialistas de tecnologia da informação referente ao resultado dos testes dos controles gerais para o ambiente em que os respectivos controles internos operavam. A conclusão dos testes realizados pelos especialistas indicou que os controles gerais de tecnologia da informação no processo de vendas eram deficientes. A deficiência estava relacionada à fragilidade nos controles de acesso, sendo que pessoas não autorizadas poderiam realizar alterações nas transações registradas. Com base nas informações acima, julgue os itens abaixo e assinale a opção **CORRETA**.**

- I. O auditor deve desconsiderar os resultados dos testes de tecnologia da informação para o ambiente e aplicar os testes substantivos.
- II. O auditor deverá reportar esta deficiência de controle interno aos responsáveis pela governança da Companhia.
- III. O auditor poderá continuar confiando nos sistemas de controles internos, se, ao testar o controle compensatório sobre a rastreabilidade do acesso das pessoas não autorizadas, identificar que estas pessoas não realizaram nenhuma alteração nos sistemas de vendas da Companhia, para o período objeto da auditoria.
- IV. O auditor deverá emitir relatório com modificação de opinião, em função da deficiência identificada nos testes.

Está(ão) **CORRETO(S)** o(s) item(ns)

- a) II e III, apenas.
- b) IV, apenas.
- c) III, apenas.
- d) I, II, III e IV.

25. A Companhia Querida S.A. está apurando os efeitos das novas normas de contabilidade, referentes a *impairment* de ativos financeiros. Ao identificar recebíveis com títulos vencidos e a vencer e aplicar o modelo de perda esperada em estágios, mais robusto e complexo, usualmente aplicável a instituições financeiras, considerou-se a deterioração da qualidade creditícia desde o reconhecimento original. Identifique os estágios compreendidos e assinale a opção **CORRETA.**

- I. Estágio 1 – perda esperada para os próximos doze meses.

- II. Estágio 2 – perda esperada para toda a vida do instrumento financeiro, com taxa de juros sobre o custo amortizado do instrumento financeiro, sem análise de *impairment*.
- III. Estágio 3 – perda esperada para toda a vida do instrumento financeiro, com taxa de juros sobre o custo amortizado do instrumento financeiro, com análise de *impairment*.
- IV. Estágio 4 – a variação do dólar como base para a análise de *impairment*.

Estão **CORRETOS** os estágios apresentados apenas nos itens

- a) II e III.
- b) III e IV.
- c) I, II e III.
- d) I, II e IV.

**EXAME DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA REGISTRO NO
CADASTRO NACIONAL DE AUDITORES INDEPENDENTES (CNAI)**

**Questões específicas para atuação em auditoria nas instituições reguladas
pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM)**

16ª Edição - 2016

- 2. A companhia aberta, quando mantiver operações com Entidades de Propósito Específico (EPE), deve divulgar em notas explicativas às suas demonstrações contábeis consolidadas, além de outras, a seguinte informação:**
- (a) a composição da diretoria da EPE.
 - (b) a descrição dos ativos da EPE.
 - (c) o tipo e o valor dos ativos consolidados que tenham sido dados em garantia das obrigações da EPE.
 - (d) a dependência econômica da EPE em relação à sua controladora.
- 3. As companhias abertas devem divulgar em nota explicativa específica informações sobre instrumentos financeiros e demonstrar a análise de sensibilidade. Acerca desse assunto, assinale a opção INCORRETA.**
- a. As companhias abertas devem divulgar, em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, reconhecidos, ou não, como ativo ou passivo em seu balanço patrimonial. As notas devem ser verdadeiras, completas, consistentes e escritas em linguagem clara, objetiva e concisa.
 - b. As informações quantitativas devem divulgar, para cada instrumento financeiro, o seu valor de referência e o valor contábil, demonstrando uma simulação da posição exposta, considerando uma variação de 50% para mais e de 30% para menos, apurando os respectivos efeitos estimados.
 - c. As notas explicativas devem permitir aos usuários avaliarem a relevância dos instrumentos financeiros, especialmente os instrumentos financeiros derivativos para a posição financeira e os resultados da companhia, bem como a natureza e extensão dos riscos associados a tais instrumentos.
 - d. A apresentação das informações quantitativas deve segregar instrumentos financeiros derivativos especulativos daqueles destinados à proteção de exposição a riscos (*hedge*).

4. Conforme a Instrução CVM nº 308/99 relativa à substituição do auditor independente, assinale a opção INCORRETA.

- a) A administração da entidade auditada deverá, no prazo de vinte dias, comunicar à CVM a mudança de auditor, havendo, ou não, rescisão do contrato de prestação dos serviços de auditoria, com justificativa da mudança, na qual deverá constar a anuência do auditor substituído.
- b) Decorrido o prazo de vinte dias sem que haja manifestação da administração da entidade auditada quanto à informação requerida, o auditor independente deverá comunicar à CVM a substituição, no prazo de dez dias, contados a partir da data do encerramento do prazo conferido à administração da entidade.
- c) O auditor independente que não concordar com a justificativa apresentada para a sua substituição deverá encaminhar à CVM as razões de sua discordância, no prazo de trinta dias, contados a partir da data da substituição.
- d) O conselho fiscal da entidade auditada, quando em funcionamento, deverá verificar o correto cumprimento pelos administradores dos procedimentos no processo de substituição dos auditores independentes, tendo dez dias para informar à CVM a partir do prazo de comunicação dos administradores.

5. A Instrução CVM n.º 527/12 dispõe sobre a divulgação voluntária de informações de natureza não contábil, denominadas Resultado Líquido do período acrescido dos tributos sobre o lucro (Lajida), das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões (EBITDA) e Resultado Líquido do período (Lajir), acrescido dos tributos sobre o lucro e das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras (EBIT).

- O cálculo do Lajida e do Lajir deve ter como base os números apresentados nas demonstrações contábeis.
- A Companhia ABC S.A. divulgou suas demonstrações contábeis completas, cuja demonstração do resultado do exercício está a seguir apresentada.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Operações continuadas

Receita	850.000
Custo das vendas	<u>(420.000)</u>
Lucro bruto	430.000
Despesas com vendas	(105.000)
Despesas administrativas	(98.000)
Outras receitas operacionais, líquidas	<u>2.000</u>
Lucro operacional	229.000
Despesas financeiras	(63.000)
Receitas financeiras	<u>25.000</u>
	(38.000)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	191.000
Imposto de renda e contribuição social	<u>(64.940)</u>
Lucro líquido do exercício	126.060

Constam nas notas explicativas das demonstrações contábeis do exercício, depreciações de R\$55.000,00 e amortizações de R\$28.000,00.

Com base nas informações acima, o Lajida da Companhia ABC S.A. é:

- a) R\$191.000,00.
- b) R\$312.000,00.
- c) R\$274.000,00.

d) R\$247.060,00.

6. Em 21 de janeiro de 2016, foi emitido o Ofício-Circular CVM/SNC/GNA n.º 01/2016, apresentando esclarecimentos relacionados à atuação do auditor no âmbito do mercado de valores mobiliários. Entre as opções abaixo, assinale a que NÃO é tratada no referido ofício.

a) Programa de Educação Profissional Continuada.

b) Rotatividade de Auditores.

c) Manutenção de cadastro atualizado dos auditores independentes no Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

d) Emissão de Relatório Circunstanciado que contenha suas observações a respeito de deficiências ou ineficácia dos controles internos e dos procedimentos contábeis da entidade auditada.

7. A firma de XHF Auditores Independentes prestou serviços de auditoria para a Companhia ABC S.A. nos exercícios de 2014 e 2015. É CORRETO afirmar que:

a) a XHF pode auditar a Companhia ABC S.A. consecutivamente apenas até o exercício de 2019.

b) após auditar a Companhia ABC S.A. por 5 (cinco) anos consecutivos, a XHF Auditores Independentes precisa manter um intervalo mínimo de 5 (cinco) anos para sua recontração.

c) caso a Companhia ABC S.A. instale um Comitê de Auditoria Estatutário até o exercício de 2017, a XHF Auditores Independentes poderá prestar serviços por até 10 (dez) anos consecutivos, inclusive com a mesma equipe gerencial (inclusive sócio), com intervalo mínimo de 5 (cinco) anos para seu retorno.

d) caso a Companhia ABC S.A. tenha instalado um Comitê de Auditoria Estatutário no exercício de 2013 ou anterior, a XHF Auditores Independentes poderá prestar serviços por 10 (dez) anos consecutivos, desde que com rotação da equipe gerencial (inclusive sócio), com intervalo mínimo de 3 (três) anos para seu retorno.

8. A Deliberação CVM n.º 727/2014, que aprova a Orientação Técnica OCPC 07 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, trata da evidenciação na divulgação dos relatórios contábil-financeiros de propósito geral. O objetivo dessa orientação é esclarecer e reforçar esse tema ao mercado brasileiro. Em relação a esta Orientação Técnica, julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a opção **CORRETA**.

I. Esta Orientação Técnica tem como razão a existência de informações irrelevantes, ao mesmo tempo em que faltam informações relevantes, em algumas demonstrações contábeis. A relevância, por sua vez, abrange os conceitos de magnitude e de natureza da informação, olhadas sob o ponto de vista dos usuários.

II. Esta Orientação Técnica consolida exigências já existentes em Pronunciamentos, Interpretações e em outras Orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, bem como na Lei, sem alterar tais exigências.

III. Esta Orientação Técnica cita que informações específicas requisitadas por qualquer Pronunciamento, Interpretação ou Orientação que não seja relevante não devem ser divulgadas, inclusive para não desviar a atenção do usuário, com exceção da que for requerida expressamente por órgão regulador.

IV. IV) Uma das considerações sobre informações relevantes é quando estas são importantes para os usuários externos, e só são relevantes se influenciarem no processo de decisão dos investidores e credores.

Está(ão) **CERTO(S)** o(s) item(ns):

a) I, apenas.

b) II e IV, apenas.

c) II, III e IV, apenas.

d) I, II, III e IV.

9. O estatuto da Companhia estabelece que serão distribuídos aos acionistas, a título de dividendos 25% do lucro do exercício apurado após as deduções legais. A administração fez proposta à Assembleia, seguindo os preceitos da legislação societária, para que os dividendos sejam pagos à razão de 40% do lucro líquido do exercício, após as deduções legais. As demonstrações contábeis registram essa proposta como passivo circulante – Dividendos a pagar – deduzindo o valor proposto da conta de Reserva de Lucros.

Ao emitir o relatório, qual deve ser a opinião do auditor independente?

- a) Opinião limpa, uma vez que a contabilidade registra, adequadamente, a proposta a ser formulada à Assembleia dos Acionistas.
- b) Opinião com ressalva, uma vez que o estatuto estabelece que o dividendo é de 25% do lucro líquido.
- c) Inclusão de parágrafo de outros assuntos, destacando que a proposta da administração está alinhada com a legislação e com o estatuto da Companhia.
- d) Inclusão de parágrafo de ênfase, destacando que a proposta da administração está alinhada com a legislação e com o estatuto da Companhia.

10. A Companhia auditada possui propriedades para investimentos mantidas para valorização e avaliadas a valor justo. O valor justo no presente exercício foi expressivo e a administração o reconheceu como resultado abrangente. Qual a opinião a ser emitida pelo auditor independente no seu relatório?

- a) Opinião limpa.
- b) Opinião com ressalva por reconhecimento indevido do ganho do valor justo no resultado abrangente.
- c) Inclusão de um parágrafo de ênfase, destacando o ganho no resultado abrangente.

- d) Ressalva de uma incerteza, pois não há segurança de que o valor justo na data das demonstrações contábeis vai se confirmar no momento em que a propriedade for alienada.

11. Na incorporação pela controladora, do patrimônio líquido de companhia controlada, a avaliação da relação de troca das ações que serão extintas pelas ações da controladora será calculada:

- a) a valor de mercado, sendo os dois patrimônios avaliados pelo mesmo critério e na mesma data.
- b) a valor contábil, sendo os dois patrimônios avaliados na mesma data.
- c) a valor contábil, tendo como base as últimas demonstrações contábeis divulgadas pela incorporada.
- d) a valor de mercado, tendo como base as últimas demonstrações contábeis divulgadas pela controladora.

12. Em uma companhia aberta que tenha instalado Comitê de Auditoria, conforme a Instrução CVM n.º 509/11, quem é o responsável pela governança para fins de escolha ou destituição do auditor independente?

- a) O Conselho de Administração.
- b) O Comitê de Auditoria.
- c) O Presidente da diretoria.
- d) O Diretor financeiro.

13. No âmbito da regulação da CVM, NÃO compete ao Comitê de Auditoria Estatutário, ao supervisionar as atividades do auditor independente, avaliar:

- a) a razoabilidade do valor dos honorários cobrados pelo auditor externo.
- b) a independência do auditor externo.
- c) qualidade dos serviços prestados pelo auditor externo.
- d) adequação dos serviços às necessidades da companhia.

14. Os Fundos de Investimentos Imobiliários (FII) são regulados pela CVM e correspondem a uma comunhão de recursos captados por meio do sistema de distribuição de valores mobiliários e destinados à aplicação em empreendimentos imobiliários. Sobre esse assunto, assinale a opção CORRETA.

- a) O fundo poderá ser constituído sob a forma de condomínio aberto e com prazo de duração indeterminado.
- b) O administrador poderá prover o fundo com os serviços de auditoria independente e de custódia de serviços financeiros.
- c) Os custos com a contratação de terceiros para a prestação de serviços de auditoria independente e custódia de ativos financeiros serão considerados despesas do fundo.
- d) O exercício do fundo deve ser encerrado a cada 6 (seis) meses, quando serão levantadas as demonstrações contábeis relativas ao período findo.

15. No exercício de 20X5, a Cia. Aberta YWZ possuía contrato de auditoria independente no valor de R\$6.000.000,00 e contratou junto aos seus auditores independentes diversos serviços não relacionados à auditoria externa, como segue:

- **Trabalhos de treinamento sobre *compliance* no valor de R\$80.000,00.**
- **Trabalhos de *due diligence* valor de R\$120.000,00.**

- **Revisão de declaração de imposto de renda pessoa jurídica no valor de R\$45.000,00.**
- **Laudo de avaliação pelo valor contábil no valor de R\$120.000,00.**

Considerando que a Companhia deve divulgar no Relatório da Administração informações sobre os serviços prestados pelo auditor independente ou por partes a ele relacionadas, de qualquer serviço que não seja de auditoria externa, julque os itens abaixo e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

- I. No Relatório da Administração deve constar a data da contratação, o prazo de duração, se superior a um ano, e a indicação da natureza de cada serviço prestado.**
- II. No Relatório da Administração deve constar o valor total dos honorários contratados e o seu percentual em relação aos honorários relativos aos de serviços de auditoria externa.**
- III. No Relatório da Administração a política ou procedimentos adotados pela companhia para evitar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes.**
- IV. No Relatório da Administração deve constar um resumo da justificativa apresentada pelo auditor à administração do emissor sobre os motivos pelo qual entendeu que a prestação de outros serviços não afetava a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa (artigo 3º da Instrução).**

Nenhuma divulgação deve ser efetuada no Relatório da Administração.

Está(ao) CERTO(S) o(s) item(ns):

- a) I e II, apenas.
- b) III e IV, apenas.
- c) I, II, III e IV.

d) V, apenas.

16. Em 30/06/20X6 ocorreu uma combinação de negócios envolvendo as Companhias X, Y e Z. A Companhia Z iniciou suas atividades em 30/04/20X6, tendo como principal função ser uma Companhia investidora (*holding*) controladora das Companhias X e Y. Por meio de uma reestruturação societária, as Companhias X e Y serão posteriormente incorporadas pela Companhia Z. Essa operação é considerada relevante pelos critérios estabelecidos pelas normas, orientações e interpretações contábeis a respeito de informações financeiras “pro forma”. A Companhia Z é uma Companhia aberta que possui registro que lhe permite negociar seus valores mobiliários em quaisquer mercados regulamentados. A Companhia X é uma sociedade anônima de capital aberto e a Companhia Y é uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada. Acerca desse assunto, assinale a opção CORRETA.

a) Para efeitos dessa operação, as sociedades envolvidas podem utilizar as demonstrações financeiras cuja data-base seja a última exigida legalmente, ou seja 31/12/20X5 para a Companhia Y e 31/3/20X6 para a Companhia X.

b) Considerando o uso de demonstrações financeiras na data-base de 31/12/20X5, a assembleia que aprovar a operação pode ser realizada até o dia 31/7/20X6.

c) A Companhia Y pode utilizar, para efeito dessa operação, as demonstrações financeiras de final de exercício e os formulários de informações trimestrais exigidos pela CVM.

d) As sociedades envolvidas na operação devem elaborar informações financeiras “pro forma” das sociedades que subsistirem ou que resultarem da operação, como se estas já existissem na data-base estabelecida.

17. Qual é o tipo de relatório a ser emitido pelo auditor no caso de informação financeira “pro forma” incluída em prospecto de uma oferta inicial de títulos e valores mobiliários?

a) Relatório de Opinião, conforme NBC TA 700.

b) Relatório de Asseguração, conforme NBC TO 3000.

- c) Relatório de Revisão, conforme NBC TA 2400.
- d) Relatório de procedimentos previamente acordados, conforme NBC TA 4400.

18. No encerramento das demonstrações financeiras de 31/12/20X5, a Companhia A, que atua no mercado de energia (petróleo), para fins de mensuração de seus ativos não financeiros, considerou as seguintes informações:

- I. O conjunto de premissas relativas ao novo cenário de preços mundiais de *commodities* (petróleo) com previsão de baixa.**
- II. Estabelecimento de uma redução de investimentos com expressiva redução no dispêndio de investimentos para os próximos anos.**
- III. Consideração do aumento da taxa de desconto decorrente do maior prêmio de risco Brasil pela perda do grau de investimento.**

Considerando os seguintes valores de ativos (valor contábil correspondente a R\$828.000,00; valor de venda, líquido de despesas de venda correspondente a R\$767.700,00; valor de uso dos ativos correspondente a R\$747.398,00). Assinale a opção que apresenta o resultado do cálculo do valor do ajuste do valor a recuperar.

- a) R\$60.300,00.
- b) R\$80.602,00.
- c) R\$20.302,00.
- d) R\$57.600,00.

19. O grupo econômico ABC (classificado na categoria A de emissores) é constituído pelas Companhias A, B e C. As Companhias B e C são coligadas, sendo que a Companhia B possui participação de 100% na Companhia C e ambas estão sob controle da Companhia A. Em relação à elaboração e à entrega de informações intermediárias consolidadas trimestrais para a CVM, pode-se afirmar que:

- a) as Companhias B e A devem apresentar demonstrações financeiras consolidadas.
- b) apenas a Companhia A deve apresentar demonstrações financeiras consolidadas.
- c) não há necessidade de apresentação de demonstrações consolidadas, mas apenas as demonstrações individuais.
- d) as Companhias B e C devem apresentar demonstrações financeiras consolidadas.

20. A Companhia A efetuou vendas para a Companhia B, emitindo uma fatura que inclui um prazo a ser financiado pelo banco, porém não reconheceu o ajuste a valor presente. A Companhia B, por sua vez, não reconheceu o passivo oneroso com o banco, mas simplesmente manteve o saldo a pagar ao fornecedor em contrapartida do estoque adquirido.

Considerando os efeitos dessa transação que é conhecida como *forfait*, é INCORRETO afirmar que as divulgações que devem fazer parte das notas explicativas são:

- a) as bases utilizadas pela administração da Companhia, tanto na posição compradora como da vendedora para a utilização de uma instituição financeira para viabilizar a transação.
- b) as condições das negociações com os bancos, custo financeiro, utilização de limites e linhas de crédito.
- c) o reconhecimento do serviço da dívida (juros e demais encargos) tempestivamente.

- d) as bases do relacionamento do vendedor na instituição financeira, considerando sua responsabilidade quanto ao risco de crédito da operação.

21. Durante o período de 2 (dois) anos em que você atuou como auditor independente na Companhia Argumento, houve vários episódios de conflitos entre a sua visão sobre critérios contábeis e aquela defendida pela administração da companhia. Durante o segundo ano, a administração, inclusive, o ameaçou de substituí-lo. Nos dois exercícios, contudo, suas demandas foram acatadas e as demonstrações foram ajustadas, não sendo necessária qualquer ressalva em sua opinião. Ao final do segundo ano, você foi substituído como auditor independente e a administração justificou perante a CVM, que a mudança se deu em função do valor dos honorários por você cobrados. No entanto, você está convicto de que a substituição se deu pela diferença de opinião, mesmo porque os honorários de seu substituto são muito semelhantes aos seus. Qual a sua atitude em relação à justificativa apresentada pela companhia?

- a) Concorda e anui a justificativa preparada pela administração.
- b) Não anui a justificativa e encaminha à CVM as razões de sua discordância.
- c) Não anui a justificativa.
- d) Discorda da administração alegando não ver razão para sua substituição.

21. Seu cliente, companhia aberta, está com dificuldades em realizar cálculo do valor recuperável dos ativos. Você recomenda que ele contrate especialistas para auxiliá-lo nessa tarefa. Na aplicação dos testes de auditoria, você constata que a área de consultoria de sua firma de auditoria foi contratada para realizar os cálculos. Qual é a atitude recomendada com base nas normas?

- a) Confiar nos cálculos e aceitar as conclusões, uma vez que você conhece a qualidade dos serviços de sua firma.
- b) Efetuar testes de auditoria para validar as conclusões.

- c) Renunciar a função de auditor independente, uma vez que sua independência ficou comprometida.
- d) Contratar outra firma de auditoria para validar o teste da capacidade de recuperação do valor dos ativos.
22. A Companhia ZyZ era uma empresa com histórico de rentabilidade, até que, em 20X1, apurou prejuízo, mantendo-se nessa situação nos últimos quatro exercícios. As demonstrações contábeis de 20X4, sob seu exame, registram o crédito fiscal decorrente desses prejuízos acumulados e que será utilizado quando a companhia iniciar sua recuperação da lucratividade. Os planos da administração demonstram a disponibilidade de lucros a partir do próximo exercício. Você, ao analisar o desempenho entre orçado e realizado ao longo do tempo, considera que as previsões da administração são confiáveis e que o cenário indica que, em 20X5, a empresa voltará a ter lucro. Você também considera que, com a volta da lucratividade, a ZyZ compensará todo crédito fiscal em menos de 7 anos.

Resultado líquido	Realizado	Orçamento
20X0	1.832	2.000
20X1	(112)	180
20X2	(1.567)	(1.350)
20X3	(955)	(1.000)
20X4	(234)	(195)
Previsão		Orçamento
20X5		550
20X6		860
20X7		1.200
20X8		2.000
20X9		2.100

Considerando os dados acima expostos, você deve se posicionar da seguinte maneira diante da administração:

- a) concorda com o aumento do crédito fiscal para fazer frente ao prejuízo do exercício sob exame.
- b) concorda com a administração quanto à manutenção do crédito fiscal, mas não concorda em aumentá-lo, uma vez que a empresa ainda não voltou a ter lucro.
- c) não concorda com a manutenção do crédito fiscal, uma vez que a empresa já atingiu o quarto ano consecutivo de prejuízo.
- d) não concorda com o aumento do crédito fiscal, considerando que o prazo de realização em até 7 anos é demasiadamente longo.

23. Mercado organizado de valores mobiliários é o espaço físico, ou o sistema eletrônico, destinado à negociação ou ao registro de operações com valores mobiliários por um conjunto determinado de pessoas autorizadas a operar, que atuam por conta própria ou de terceiros. Os mercados organizados de valores mobiliários são as bolsas de valores, de mercadorias e de futuros. Ao auditar uma entidade do mercado organizado, o auditor independente deve apresentar relatório circunstanciado. Em relação a esse assunto, julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a opção

CORRETA.

- I. O relatório circunstanciado deve conter o funcionamento dos controles internos e dos procedimentos contábeis, indicando eventuais deficiências ou sua ineficácia.**
- II. O relatório circunstanciado deve conter a qualidade e a segurança dos procedimentos e sistemas operacionais, inclusive acerca do plano de continuidade de negócios apto a assegurar o funcionamento do mercado organizado em situações de ruptura ou de emergência.**
- III. O relatório circunstanciado deve conter a avaliação da qualidade e adequação dos testes de estresse periódicos e dos cenários que levem em consideração as movimentações do passivo, liquidez dos ativos e obrigações.**
- IV. O relatório circunstanciado deve conter o descumprimento de dispositivos legais e regulamentares, que tenham, ou possam vir a ter reflexos relevantes nas demonstrações contábeis ou nas operações da entidade.**

Estão **CERTOS** os itens:

- a) I, III e IV, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) I, II, III e VI.

24. No que diz respeito a operações com partes relacionadas em um fundo de investimento, em relação ao que os administradores devem considerar, assinale a opção CORRETA.

- a) Só podem ser efetuadas se as transações com a instituição administradora, gestora ou parte a elas relacionada forem realizadas de forma equitativa.
- b) As operações com partes relacionadas devem constar em nota explicativa, que indicará quaisquer transações realizadas entre o fundo e a instituição administradora, gestora ou parte a elas relacionada, de modo que os usuários da informação possam avaliar a extensão dos efeitos dessas transações na posição patrimonial, financeira e de resultados do fundo de investimento.
- c) O termo “parte relacionada” tem o mesmo significado contido no Pronunciamento Técnico CPC 05(R1).
- d) A instituição administradora deve divulgar, no mínimo, a natureza do relacionamento existente, o montante das transações realizadas e os saldos existentes.

25. As demonstrações contábeis anuais de companhia aberta devem ser divulgadas até 5 (cinco) dias antes da realização da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Sobre esse assunto, assinale a opção CORRETA.

- a) As demonstrações financeiras das companhias abertas que estejam obrigadas a realizar suas publicações nos órgãos de divulgação poderão ser publicadas de forma resumida, comparativamente com os dados do exercício social anterior.
- b) As demonstrações contábeis devem ser publicadas em órgão oficial da União e em outro jornal de grande circulação editado na localidade em que está situada a sede da companhia, ou outro órgão de grande circulação local, caso não seja editado jornal onde esteja sediada a companhia.
- c) Quando as demonstrações contábeis forem publicadas 5 (cinco) dias antes da AGO, se faz necessária, também, a publicação de Aviso aos Acionistas, 1 (um) mês antes da AGO, informando da disponibilização das demonstrações financeiras, na sede da companhia.
- d) As companhias abertas cujos valores mobiliários sejam admitidos à negociação em bolsas de valores também deverão efetuar as publicações ordenadas em lei, em jornal de grande circulação, editado na localidade em que se situe a bolsa de valores, na qual, nos 2 (dois) últimos exercícios sociais, se tenha verificado a maior quantidade de negócios com valores mobiliários de sua emissão, dispensada sua exigência na hipótese de coincidir aquela localidade com a sede da companhia.

GABARITO
EXAME DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA REGISTRO NO
CADASTRO NACIONAL DE AUDITORES INDEPENDENTES (CNAI)
Questões específicas para atuação em auditoria nas instituições reguladas pela
Comissão de Valores Mobiliários (CVM)
20ª Edição - 2019

Questão	Resposta
1	C
2	A
3	C
4	D
5	D
6	ANULADA
7	B
8	B
9	C
10	C
11	D
12	A
13	D
14	C
15	B
16	B
17	B
18	C
19	D
20	B
21	B
22	D
23	A
24	A
25	C

GABARITO
EXAME DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA REGISTRO NO
CADASTRO NACIONAL DE AUDITORES INDEPENDENTES (CNAI)
Questões específicas para atuação em auditoria nas instituições reguladas pela
Comissão de Valores Mobiliários (CVM)
20ª Edição - 2019

Questão	Resposta
1	C
2	B
3	B
4	B
5	ANULADA
6	C
7	D
8	C
9	B
10	C
11	B
12	B
13	A
14	A
15	C
16	A
17	D
18	B
19	B
20	A
21	D
22	D
23	D
24	A
25	C

GABARITO
EXAME DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA REGISTRO NO
CADASTRO NACIONAL DE AUDITORES INDEPENDENTES (CNAI)
Questões específicas para atuação em auditoria nas instituições reguladas pela
Comissão de Valores Mobiliários (CVM)
16ª Edição - 2016

Questão	Resposta
1	C
2	B
3	D
4	B
5	C
6	D
7	D
8	B
9	B
10	A
11	A
12	A
13	C
14	C
15	D
16	B
17	A
18	B
19	D
20	B
21	C
22	A
23	C
24	B
25	ANULADA

REFERÊNCIAS

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **20º Exame de Qualificação Técnica para registro no Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI) - CVM**, 2019. Disponível em < https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2020/06/CVM_20.pdf > Acesso em: 20 out. 2020.

_____. **18º Exame de Qualificação Técnica para registro no Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI) - CVM**, 2018. Disponível em <https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2018/09/CVM_18-2.pdf >. Acesso em: 20 out. 2020.

_____. **16º Exame de Qualificação Técnica para registro no Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI) - CVM**, 2016. Disponível em <https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2018/09/CVM_18-2.pdf >. Acesso em: 20 out. 2020.

